

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano II - Nº 332 - Brasília, quarta-feira, 16 de outubro de 1996

Mais 3,6 bilhões para estados, Distrito Federal e municípios

Congresso autoriza crédito especial que será repassado às unidades da Federação tão logo a matéria seja sancionada pelo Presidente, segundo informa o senador José Roberto Arruda



Os procuradores-gerais de todo o País foram recebidos pelo presidente do Senado

Brindeiro e procuradores no Senado

O procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, e 27 procuradores-gerais de Justiça dos estados e do Distrito Federal - que assinaram ontem convênio de cooperação técnica visando garantir a unidade de atuação do Ministério Público em todo o País - foram recebidos em audiência pelo presidente do Senado, José Sarney.

O senador José Sarney ressaltou que, desde as ampliações de sua competência, na Constituição de 1988, o MP tem participado, de maneira essencial, nas transformações que estão se processando no sentido de um maior respeito à lei.

Acordo coloca 34 MPs na pauta do Congresso

Após receber líderes da oposição e do governo, o senador José Sarney decidiu incluir na pauta do Congresso Nacional, a partir de hoje, 34 medidas provisórias que estão prontas para a ordem do dia. Na sessão de ontem à noite foram incluídos (e aprovados) créditos suplementares para os estados, referentes ao ICMS das exportações.

O acordo de votação foi levado a Sarney pela deputada Sandra Starling, do PT, pelo deputado Mateus Schmidt, do PDT, e senador José Roberto Arruda (DF), líder do governo no Congresso. Outro assunto tratado na reunião foi a instalação da comissão destinada a examinar as últimas medidas provisórias de cunho administrativo editadas pelo governo.

Mais apoio à educação, pedem senadores

Páginas 4 e 5

Dutra critica pacote dos servidores

Página 3

O Congresso Nacional autorizou no início da noite de ontem o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito especial até o limite de R\$ 3,6 bilhões em favor de transferências a estados, Distrito Federal e municípios, sob a supervisão do Ministério da Fazenda. Ao defender a aprovação do projeto, o líder do governo no Congresso, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), disse que tão logo a matéria seja sancionada os recursos estarão disponíveis para serem repassados a essas unidades da Federação.

Ao aprovar recentemente lei complementar desonerando do ICMS as operações que destinem ao exterior produtos primários e industrializados semi-elaborados, o Legislativo estabeleceu que a União entregaria mensalmente aos estados, Distrito Federal e municípios, até o ano 2002, recursos à base do produto da arrecadação do ICMS entre julho de 1995 e junho de 1996.

A mesma lei complementar determina que o Executivo envie ao Congresso projeto de lei de abertura de crédito especial para essa despesa. Essa foi a razão pela qual o governo propôs a aprovação de crédito especial.

Os recursos que vão lastrear esse crédito decorrerão da emissão de títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional. Aprovada em sessão conjunta da Câmara e do Senado, a matéria agora vai à sanção presidencial.

CRE vai debater tráfico de crianças

Ontem, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional aprovou a indicação de embaixadores junto ao Suriname, Santa Lúcia, Guiné-Bissau, Guiné, Sudão e Burkina Faso

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), presidida pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), aprovou ontem parecer favorável do senador Pedro Simon (PMDB-RS) ao projeto de decreto legislativo que ratifica "o texto da Convenção Interamericana sobre Tráfico Internacional de Menores, realizada em 18 de março de 1994, na Cidade do Mé-

xico".

Antonio Carlos Magalhães informou que a comissão deverá promover, oportunamente, uma "sessão mais ampla" para debater a questão do tráfico internacional de crianças. Sugestão nesse sentido partiu de Pedro Simon, com o argumento de que, "por tratar de assunto dos mais dramáti-



ACM

cos do mundo moderno, a matéria deve ser debatida com mais profundidade".

A CRE aprovou ainda a indicação dos nomes de quatro embaixadores: Jorge Saltarelli Júnior, para embaixador do Brasil junto à República do Suriname e, cumulativamente, em Santa Lúcia; Luiz Fernando do Couto

Nazareth, para Guiné-Bissau e, também, República da Guiné; Virgílio Moretzohn de Andrade, atual embaixador no Egito, para ocupar em caráter cumulativo a chancelaria brasileira no Sudão; e Luiz Brun de Almeida e Souza, para, cumulativamente com o cargo de embaixador junto à República de Côte D'Ivoire, exercer a mesma função na República do Burkina Faso.

Senado garante recursos para projeto Cingapura

Os senadores deram ontem nova aprovação ao financiamento de US\$ 150 milhões do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) à prefeitura de São Paulo, destinado ao chamado "Projeto Cingapura", de urbanização e construção de edifícios em favelas. O Senado já havia dado a autorização em junho último, mas houve pequena mudança de data no pagamento das parcelas.

O Senado também aprovou resolução que autoriza o estado de Santa Catarina a emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado no valor de R\$ 552 milhões.

Verbas vinculadas à saúde

Acompanhados por diversos parlamentares, representantes de entidades médicas brasileiras pediram ontem o apoio do presidente do Senado, José Sarney, para a urgente apreciação de proposta de emenda constitucional que estabelece fonte permanente

de recursos para a saúde pública do País. Sarney garantiu seu apoio à proposta assim que a matéria chegar ao Senado, informou a senadora Emília Fernandes (PTB-RS), que participou do encontro. A proposta de interesse das entidades médicas é a PEC 169.

CCJ decide questão sobre Sivam

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado deverá opinar se o ministro-chefe da Casa Civil, Clóvis Carvalho, e o secretário de Assuntos Estratégicos, Ronaldo Sardenberg, podem recusar o envio de documentos sobre o Sivam solicitados em requerimento por Eduardo Suplicy (PT-SP). Os dois

ministros se recusaram a dar respostas ao senador pela segunda vez, na última respaldados em pronunciamento da Advocacia-Geral da União. A decisão de submeter o assunto à CCJ foi tomada pelo presidente do Senado, José Sarney, depois de uma questão de ordem levantada por Suplicy na sessão de segunda-feira.

CAS comemora hoje Dia Mundial da Alimentação

A Comissão de Assuntos Sociais, presidida pelo senador Beni Veras (PSDB-CE), realiza hoje solenidade comemorativa do Dia Mundial da Alimentação. O evento será às 17h, na sala 2 da Ala Senador Nilo Coelho, e contará com a participação de Dom Mauro Morelli, presidente da Ágora (Associação de Projetos de Combate à Fome).

Foram convidados ministros de Estado e representantes de organismos internacionais sediados em Brasília, inclusive o da FAO (Fundo das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação).

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador José Sarney

10h - Recebe Paulo Girardi, acompanhado do superintendente da Sufrema

11h - Recebe o deputado Nestor Duarte (PMDB-BA)

12h - Recebe Medalha do Mérito Aduaneiro

14h30 - Presidência sessão não deliberativa do Senado

17h - Recebe Pedro Rocha Neto, secretário de Indústria e Comércio do Maranhão

PLENÁRIO

14h30 - Sessão não deliberativa do Senado

COMISSÕES

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PEC nº 41/95, que revoga o dispositivo constitucional que limita as taxas de juros reais em 12% ao ano; *PEC nº 53/95, que acrescenta parágrafos ao art. 14 da Constituição, dispondo sobre a ação de impugnação de mandato eletivo; *PEC nº 44/95, que altera os arts. 153 e 156 da Constituição, no que diz respeito ao Imposto sobre Propriedade Territorial Rural; *PEC nº 47/95,

que institui a Justiça Agrária; e *PEC nº 12/91, que cria o Conselho Nacional de Justiça; *PEC nº 46/95, que dispõe sobre o tratamento tributário dispensado aos produtos integrantes da cesta básica. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

10h - Comissão Mista de Orçamento

Pauta: Apreciação de matérias e apresentação de anteprojeto de lei complementar sobre orçamento e contabilidade pública, pelo senador Waldemar Omelas, relator da subcomissão criada com a finalidade de estudar o assunto. Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa

15h - Comissão Mista da Medida Provisória nº 1483-17/96, que reduz o Imposto de Importação para os produtos que especifica.

Pauta: Apreciação do mérito. Sala 06 - Ala Senador Nilo Coelho

16h30 - CPI do Trabalho Infantil

Pauta: Avaliação dos trabalhos já realizados e exame de novas matérias publicadas na imprensa nacional. Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa

17h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Comemoração do Dia Mundial da Alimentação. Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho

ESPECIAL

18h - Lançamento do número 27 da Revista Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. Biblioteca do Senado Federal

Para Dutra, governo faz de servidor "vilão" do déficit

Líder do PT critica o pacote de medidas quanto ao funcionalismo, mas concorda com o fim de privilégios a ministros classistas

"O governo escolheu o servidor para ser o grande vilão do déficit público", afirmou ontem o líder do PT, senador José Eduardo Dutra (SE), ao criticar o pacote de medidas com que o presidente da República corta vantagens do funcionalismo para reduzir os gastos da União. O senador não acredita que esse pacote resulte num acréscimo de R\$ 6,5 bilhões na receita do governo e acha que, mais uma vez, o Executivo negligenciou a existência do Congresso.

- Mais uma vez o governo pratica o *chutômetro* inaugurado pelo ministro Kandir, segundo o qual, com a reeleição, o Brasil crescerá 9% ao ano. Agora, o governo diz que, com esse pacote contra o servidor, vai economizar R\$ 6,5 bilhões. Eu desafio as lideranças do governo a provarem essa economia. Isso é mais um *chutômetro*



José Eduardo Dutra

com o qual o governo mostra sua postura em relação ao Congresso - frisou.

Dutra disse que o Senado aguarda há anos a votação do projeto originalmente de autoria do então deputado e atual ministro da Justiça, Nelson Jobim, destinado a regulamentar a edição de medidas provisórias, e lamentou que "as lideranças do governo continuem empurrando a matéria com a barriga". Ele anunciou que vai

apresentar um novo requerimento para que esse projeto, que tem agora uma redação final de Josaphat Marinho (PFL-BA), seja submetido a plenário. "Sei que mais uma vez as lideranças do governo vão dizer que votar a matéria agora é açodamento, mas vou apresentar", acentuou.

O líder do PT afirmou que concorda com algumas providências do pacote do funcionalismo, como a que "acaba com a farras dos ministros classistas, com suas aposentadorias privilegiadas", mas insistiu em que o governo está desconhecendo a existência do Legislativo. "O partido do presidente da República não indicou até hoje o relator do projeto da Previdência, e agora esse pacote do funcionalismo chega eivado de autoritarismo, mostrando que o governo inaugurou o presidencialismo com medida provisória", acrescentou.



Júlio Campos

Júlio Campos quer evitar bitributação causada pela CPMF

O senador Júlio Campos (PFL-MT) defendeu ontem a modificação do projeto em tramitação no Senado que regulamenta a CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira), para garantir a não-incidência sobre pagamento de impostos e de outros tributos federais, estaduais e municipais. Conforme o senador, os deputados acertaram ao isentar os saques em conta destinados ao pagamento da própria CPMF, mas omitiram-se quanto às retiradas feitas para o recolhimento dos demais tributos devidos às administrações públicas.

A alteração é medida de justiça, frisou, pois não invalida a CPMF e contorna a ocorrência de bitributação.

A exigência de que as aplicações financeiras sejam realizadas apenas através de contas de depósito ou de cheques nominais é outro aspecto que, na opinião de Júlio Campos, despertará muita polêmica. A seu ver, não será fácil obrigar as boissas de valores e as instituições financeiras a identificarem os investidores para a Receita Federal. Ele observou que, na vigência do IPMF (Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira), antecessor da CPMF, os bancos dificultaram a fiscalização informando o valor dos depósitos sem identificar os aplicadores, conforme dispositivo constitucional que garante o sigilo bancário.

Odacir valoriza ações sociais do Executivo

O senador Odacir Soares (PFL-RO) disse que as ações sociais promovidas pelo governo Fernando Henrique Cardoso são elogiáveis e devem ser estimuladas. Para ele, os investimentos nessa área "é que habilitarão o povo brasileiro a participar de forma mais dinâmica e acelerada do processo de modernização do País".

- Revestem-se de decisiva importância para a promoção da classe trabalhadora do País alguns programas de grande impacto social empreendidos no âmbito do Ministério do Trabalho - afirmou o senador, destacando o Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger), o Programa de Expansão e Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador (Proemprego) e



Odacir Soares

o Programa Nacional de Educação Profissional.

Odacir Soares considera também de grande valor duas ações governamentais dirigidas à área agrícola: o projeto Lavouras Comunitárias e o Programa de Agricultura Familiar (Pronaf). Conforme o senador, o primeiro destina-se a levar alimento aos agricultores de baixa renda e às famí-

lias carentes que vivem no campo ou na periferia das cidades. O segundo visa apoiar pequenos proprietários rurais, parceiros, arrendatários e posseiros assentados pela reforma agrária.

Na opinião de Odacir Soares, são relevantes ainda os projetos que envolvem o Ministério da Saúde. Segundo afirmou, o Programa de Agentes Comunitários da Saúde já levou informações e cuidados básicos de saúde a mais de 6,4 milhões de famílias anteriormente excluídas desse tipo de assistência. Por outro lado, o Programa Saúde da Família está levando profissionais da área e remédios à casa das famílias carentes, "o que já resultou em diminuição da mortalidade infantil", garantiu o senador.

Quadro da educação no País preocupa Sandra Guidi

A escolaridade média dos trabalhadores é de três anos e meio, uma das mais baixas entre os países em desenvolvimento, diz senadora

A passagem do Dia do Professor foi lembrada ontem, em plenário, pela senadora Sandra Guidi (PPB-SC), que lamentou o fato de 20 milhões de brasileiros estarem marginalizados pelo analfabetismo, e ser de apenas R\$ 78,00 o salário médio do professor no País. A senadora defendeu a adoção de medidas que possibilitem reciclagem permanente, melhor preparo dos professores e valorização do magistério.

- O preço dessa realidade indesejada é muito preocupante. Dos alunos que ingressam na escola, só 60% terminam a quarta série e 50%, a oitava. Desses, 70% repetem pelo menos um ano, consumindo 59,8% do investido em matrículas. Não obstante, o salário médio do professor é menor do



Sandra Guidi

que um salário mínimo. Há professores que ganham por mês, pasmem, R\$ 23 reais. São pessoas de baixa qualificação que vão formar gerações de baixa qualificação - assinalou.

Para Sandra Guidi, uma das causas do subdesenvolvimento do País é a baixa qualidade do ensino. Conforme disse, a escolaridade média dos trabalhadores no Brasil é de três

anos e meio, a seu ver, uma das mais baixas dos países em desenvolvimento. A senadora afirmou que o problema do ensino não atinge somente os alunos, mas principalmente os professores, que "são denegridos e humilhados por meio de salários indignos, condições de trabalho desumanas e total falta de respeito profissional".

- Junto com o aperto do contracheque, para ganhar mais, o professor submete-se a dupla ou tripla jornada de trabalho. É o malabarismo necessário à sobrevivência. De onde tirar tempo para estudar, preparar as aulas, atualizar-se? - questionou a senadora, para quem o ministro da Educação tem-se revelado sensível ao problema.

Suassuna pede maior investimento e condena a baixa remuneração

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) afirmou ontem que o País está em uma posição constrangedora em termos de investimentos na área de educação. Segundo disse, quer se compare a situação brasileira com a de seus parceiros do Mercosul, com os demais países da América Latina ou com o resto do mundo, o quadro é muito desvantajoso para o Brasil.

Suassuna citou uma pesquisa realizada no Rio de Janeiro, divulgada ontem pelo *Jornal do Brasil*, segundo a qual, das 2.700 pessoas entrevistadas em 24 municípios do estado, 50% apontaram a péssima remuneração dos professores como o fator determinante da baixa qualidade do ensino público.

- Os dramas humanos vividos por esse herói ou heroína

anônimo, cujo dia se comemora, ou se lamenta, hoje, neste plenário, em consequência do descaso histórico para com os formadores primeiros de gerações de brasileiros, ilustram bem a falta de razões para festas e celebrações - afirmou o senador.



Ney Suassuna



Valmir Campelo

Valmir quer piso salarial de R\$ 1.500

Ao homenagear o professor, o senador Valmir Campelo (PTB-DF) defendeu a fixação de um piso salarial de R\$ 1.500 para essa categoria. Afirmando que o salário dos professores é insuficiente para suprir suas necessidades mais elementares de moradia, alimentação, vestuário e transporte, Valmir considerou a situação como "uma vergonha nacional".

- Os reflexos dessa situação são desastrosos. A baixíssima remuneração vem provocando um êxodo desses profissionais, a ponto de, hoje, o magistério figurar como última opção de emprego entre os jovens de escolaridade superior.

Serviço informativo 24 horas do Senado Federal

Desenvolvido especialmente para dar suporte às emissoras de rádio e assessorias de comunicação, o Serviço 24 Horas do Senado funciona integrado ao sistema de discagem direta gratuita da Telebrás.

Ao ligar para 0800 (61) 4455, você encontra a seguinte programação:

- das 9h às 11h, a Agenda Senado - um resumo diário de todas as atividades legislativas programadas;
- das 11h às 14h30, a edição Amazônia do informativo Senado em Linha Direta;
- das 14h30 às 18h, a edição Nordeste do informativo Senado em Linha Direta, e
- das 18h às 9h do dia seguinte, a edição Nacional do informativo Senado em Linha Direta.

Emília defende projeto global para a educação

Senadora homenageia os professores e lastima a situação em que se encontra o ensino no País. Ela considera urgente definir para que tipo de sociedade as crianças devem ser preparadas



Emília Fernandes

“Os professores têm dado exemplo de bravura, enfrentando o arrocho econômico, a falta de incentivo e, em muitos casos, a injustiça secular de salários que afrontam a Constituição federal e a dignidade humana, sem deixar, em nenhum momento, de manter a dedicação, o profissionalismo e o amor à educação”, disse ontem a senadora Emília Fernandes (PTB-RS) ao parabenizar os professores pelo seu dia.

Lamentando a atual situação em que se encontra o ensino

no Brasil, Emília Fernandes afirmou que a educação brasileira não encontrará soluções adequadas enquanto o País não adotar um projeto amplo e global que contemple todos os setores de ensino.

- De nada adiantam reformas, alterações na Constituição, tecnologia, propostas curriculares, disse a senadora. - Urge, acima de tudo, definir para que tipo de sociedade devemos preparar para as crianças. Só um amplo trabalho, que há de incluir não só educado-

res, mas também estudantes, cientistas políticos e sociais, poderá traçar os parâmetros que devem orientar os rumos da escola para este final de século.

Emília Fernandes acredita que o País está buscando, como nunca, um caminho para construir um novo sistema educacional e que esta mudança levará o Brasil a um outro patamar de desenvolvimento econômico e social, com indivíduos cada vez mais capacitados e conscientes de seus direitos.

Magistério é sacerdócio, conclui Júnia

Ao celebrar ontem o Dia do Professor, a senadora Júnia Marise (PDT-MG) disse que esse profissional “certamente não tem o que comemorar nos 365 dias do ano, porque vê cada vez mais atingido o seu salário e a sua capacidade de sobrevivência”. Ela afirmou que os professores mineiros estão há dois anos sem reajuste salarial e recebem seus vencimentos sempre atrasados, o que, segundo a senadora, transformou o magistério do estado num verdadeiro sacerdócio.



Júnia Marise

centou.

A senadora lembrou que em seu primeiro mandato na Câmara dos Deputados conseguiu a aprovação de emenda constitucional permitindo a aposentadoria dos professores aos 25 anos de trabalho. “Esse era o resgate de uma dívida para com uma categoria que sempre enfrentou dificuldade e discriminação por parte dos nossos governantes”, disse Júnia Marise, salientando que o bem mais desejado pelo magistério, hoje, não é homenagem, mas justiça, sobretudo

do salarial.

No mesmo discurso, Júnia criticou a medida provisória de enxugamento do serviço público, editada pelo governo, afirmando que “certamente este pacote não pretende pôr o dedo na ferida dos problemas sociais, mas promover o sucateamento da máquina administrativa”. Na sua opinião, não será mediante demissões de funcionários que o governo saneará as finanças do País.

- Atrás disso está o que o governo sempre pretendeu: continuar patrocinando uma política econômica equivocada, que não promoveu as correções de rumo necessárias para evitar a quebra do setor produtivo. Dessa forma, o governo não resgatará o nosso desenvolvimento, nem o emprego dos trabalhadores e dos servidores públicos - sustentou.

Alcântara elogia uso da informática por universidade

A iniciativa da Universidade Federal do Ceará de desenvolver e empregar tecnologias de informação para atingir suas metas estratégicas nos próximos três anos foi elogiada pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). Segundo ele, poucas instituições de ensino superior possuem esta preocupação.



Alcântara

- O computador auxilia, a Internet une povos e as grandes bibliotecas liberam as informações. As universidades brasileiras precisam ter noção do tamanho deste desafio e devem aparelhar-se rapidamente. Aquelas que não despertarem para a nova realidade passarão, em poucos anos, para a categoria de sucatas de nível superior. É preciso perseguir a qualidade, a especialização e a excelência - disse o senador.

Alcântara explicou que o projeto de trabalho daquela universidade pretende valorizar a qualidade das atividades acadêmicas e ampliar as relações com a sociedade em todas as áreas possíveis.



Coutinho Jorge

Parlatino vai reunir-se em Havana amanhã

O senador Coutinho Jorge (PSDB-PA) informou que, de amanhã a 20 de outubro, os parlamentares latino-americanos estarão reunidos em Havana, Cuba, para debater e decidir sobre temas referentes a quatro comissões do Parlamento Latino-Americano (Parlatino).

A comissão presidida pelo senador, a de Educação, Ciência e Tecnologia, deliberará sobre o Plano de Educação para o Desenvolvimento e Integração da América Latina, projeto que já conta com o apoio da Unesco. Além dela, reúnem-se a Comissão da Mulher, a Comissão de Defesa do Usuário e do Consumidor e a Comissão de Saúde do Parlatino.

Coutinho Jorge frisou que, à semelhança da Comunidade Européia e do Parlamento Europeu por ela criado, o Parlatino, fundado em 1964 e formalizado em tratado internacional de 1987, visa à consolidação de uma comunidade das nações latino-americanas.

“O PMDB morreu. Viva o PMDB”, propõe Requião

Senador analisa as causas do enfraquecimento do partido e defende a retomada dos compromissos originais que engrandeceram a legenda

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) defendeu ontem a revitalização do PMDB, com a retomada dos compromissos originais do partido na defesa dos trabalhadores da cidade e do campo, das pequenas e médias empresas nacionais, dos marginalizados e excluídos. Requião leu em plenário artigo de sua autoria, publicado, nesta terça-feira, no jornal *Folha de S. Paulo*, no qual apresenta um histórico da formação do PMDB e analisa as razões de seu afastamento do eleitorado, constatado nas eleições de 3 de outubro passado.

- Gongóricos, retóricos, empostados, desfilamos pelos



Roberto Requião

palanques do Brasil afora a mesma demagogia - disse o senador em seu artigo. - E foram raros, de contar nos dedos das mãos, os que, do PMDB, foram às origens do desemprego, das falências, do sucateamento do Estado (*et pour cause*, da saúde, da educação, do saneamento e mais.) Envelhe-

cido e envilecido, o PMDB não soube (ou não quis?) contrapor-se à onda conservadora, quando não, em alianças oportunistas e repelentes, adериu gostosamente à maré montante. E assim o PMDB morreu.

Requião defendeu a reconstrução do partido, com a volta a seus ideais de origem.

- O PMDB morreu, viva o PMDB, disse o senador. - Quem se habilita à dura, mas viável tarefa de reconstruí-lo? De suas pedras espalhadas temos ainda rochas firmes para refazer suas fundações. Nos sonhos e esperanças estilhaçadas dos brasileiros buscaremos o alento, a força e a inspiração.

Simon e Osmar condenam declaração de Arlindo Porto sobre supersafra

Uma declaração publicada ontem pelo jornal *O Globo*, atribuída ao ministro da Agricultura, Arlindo Porto, foi questionada em pronunciamentos dos senadores Osmar Dias (PR) e Pedro Simon (PMDB-RS). Conforme a notícia, o ministro afirmou que “a safra do ano que vem não pode ficar muito acima de 80 milhões de toneladas, porque viraria supersafra e o produtor poderá não ter o lucro desejado”.

- Isso é um absurdo. Com tanta gente passando fome no Brasil e com a possibilidade de exportação de alimentos, não tem cabimento falar que nossa safra não pode aumentar muito - reclamou Osmar Dias. Para ele, o argumento de que uma supersafra derrubaria preços e afetaria os produtores parte de quem esquece que o Brasil pode e deve exportar alimentos. Lembrou que recentemente o Congresso aprovou o fim do ICMS para exportação de alimentos.



Osmar Dias



Pedro Simon

Já Pedro Simon leu também trechos de uma entrevista concedida à imprensa na segunda-feira (dia 14) pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, onde ele afirma que “o Estado brasileiro não foi feito para atender aos pobres, mas aos ricos”. Depois ponderou que, se o governo quer mesmo atender aos pobres, deve levar os agricultores a produzirem cada vez mais.

- Comida é a necessidade mais básica para os pobres. Se o Estado brasileiro quer mesmo ajudar os pobres, deve incentivar a produção de alimentos. Por isso, é de surpreender a declaração do ministro da

Agricultura, que não quer uma supersafra. Acho que o ministro foi levado pelo raciocínio de algum tecnocrata. Acho que o ministro Arlindo Porto, que é competente, foi infeliz. Ele deveria desmentir isso - recomendou Pedro Simon.

Por isso, o senador perguntou ao presidente da República, da tribuna, qual pode ser a safra brasileira de grãos: “Pode ser de 80 milhões de toneladas? Pode ser de 85 milhões ou pode chegar a 100 milhões de toneladas?” Simon lamentou ainda que os agricultores do Rio Grande do Sul não estão conseguindo obter com facilidade empréstimos para custear a próxima safra.

Flaviano destaca vitória do PMDB no Acre

Além da prefeitura de Rio Branco, partido elegeu oito dos 21 prefeitos do interior; contabiliza o senador. Ele elogiou o TSE pela adoção do sistema de voto eletrônico

O senador Flaviano Melo (PMDB-AC) afirmou ontem que a conquista da prefeitura de Rio Branco pelo candidato peemedebista "foi a vitória da simplicidade e da humildade" contra a arrogância dos adversários. A vitória do PMDB na capital do Acre contrariou toda a tendência do eleitorado brasileiro de eleger os sucessores dos prefeitos considerados bons administradores, disse.

Flaviano elogiou a criação do Fundo Partidário, cujos recursos, num to-



Flaviano Melo

tal de R\$ 110 mil, conforme assinalou, possibilitaram enfrentar os problemas financeiros da campanha. Segundo o senador, o PMDB conseguiu

"virar a eleição no Acre", a 10 dias do pleito, com o voto da periferia, "dos desassistidos pelo atual governo". Para Flaviano Melo, o partido teve um desempenho muito bom, elegendo oito dos 21 prefeitos do interior, num total de 70% da população daquele estado.

VOTO ELETRÔNICO

Flaviano Melo elogiou ainda a adoção do voto eletrônico pelo TSE, salientando que nunca se verificou um comparecimento tão grande de eleitores às urnas de votação.



Jefferson Peres

Jefferson propõe alterar o recesso em ano de eleições

Proposta de emenda constitucional apresentada pelo senador Jefferson Peres (PSDB-AM) transfere, nos anos eleitorais, o recesso do Congresso Nacional no mês de julho para o período de 30 dias que antecede a realização do primeiro turno das eleições, atualmente em 3 de outubro.

O senador esclarece, na justificativa, que sua proposta visa corrigir a distorção representada pelo chamado "recesso branco", quando os parlamentares devem estar presentes em suas bases eleitorais.

Jefferson Peres lembra que, enquanto no período que antecede as eleições se verifica uma "completa paralisia das atividades do Legislativo", em contrapartida, tem sido comum a convocação extraordinária do Congresso no mês de julho, nos anos eleitorais, para permitir a tramitação de matérias relevantes, como forma de compensação do "recesso branco" que virá a seguir.

- Temos certeza de estar, com esta proposta de emenda constitucional, contribuindo para o aperfeiçoamento de nossas instituições, na medida em que ela, de um lado, facilita o desenvolvimento dos trabalhos do Congresso Nacional e, de outro, caminha no sentido da melhoria da imagem desta Casa junto à opinião pública - acrescenta o senador.

Marina diz que aliança com governador foi "espúria"

A senadora Marina Silva (PT-AC) afirmou ontem que foi "uma aliança espúria" o acordo político feito em Rio Branco entre o governador Orleir Cameli e o PMDB, que elegeu o prefeito da capital. A senadora desmentiu que a campanha do candidato do PT à prefeitura local tenha sido financiada pela empresa de transporte urbano daquela cidade, como denunciou a oposição.

- Há uma investida inversa contra a liderança do atual prefeito Jorge Viana (PT), um jovem engenheiro florestal que tem sido vítima de calúnia e difamação - disse Marina Silva. Ela salientou que Viana deixa o cargo com inúmeros prêmios conquistados, sua administração figura no 19º lugar entre as



Marina Silva

50 melhores prefeituras pesquisadas e tem o apoio de mais de 50% da população.

A senadora reiterou denúncias de que houve "abuso de poder econômico" nas eleições de Rio Branco, destacando que mais de 15 mil pessoas foram contratadas pelos adversários para trabalhar no dia da eleição e que vai exigir a apuração desses fatos pela Justiça Eleitoral.

Atenção, usuários de antena parabólica, repetidoras e operadoras de TV a cabo

Informações para recepção do sinal da TV Senado

Satélite - B1

Transponder - 1-BE (Banda Estendida), Polarização: Vertical

Frequência TX (Banda - C) - 5869,40 Mhz

Frequência RX (Banda - C) - 3644,40 Mhz

Frequência RX (Banda -L) - 1505,60 Mhz

Antena - 3,6 m

LNB - Temperatura 25 k (Amplificador de Baixo Ruído)

Receptor de Vídeo/Audio Digital

NTSC Spectrum Saver - Modelo: N6S

Integrated Receiver/Decoder (IRD)

Fabricante: CLI (Compressed Digital Video)

Fornecedor: COMSAT - Fone (019) 772 9600

Obs.: Fixar o Data Rates em 6,6 Mb/s.

Rocha: Orçamento amplia desigualdades

Senador reclama que a distribuição dos recursos da União para regiões e estados discrimina exatamente os mais pobres. O Amapá ficará com apenas 0,35% do total das dotações



Hugo Napoleão

Piauí vai à luta para ser pólo de investimentos

O senador Hugo Napoleão (PFL-PI) anunciou ontem que intensificará gestões com vistas a atrair investimentos públicos e privados para o Piauí. Ele foi escolhido "porta-voz nacional do Piauí" pelos empresários locais, que estão preocupados com os baixos índices de crescimento econômico do estado.

Hugo Napoleão disse ter recebido do Sebrae e da Associação Comercial e Industrial do Piauí manifesto em que conclamam a união das forças políticas, empresariais e dos trabalhadores na elaboração e execução de um programa de desenvolvimento do estado.

Ele disse que, com o apoio da sociedade, irá "redobrar esforços e acelerar contatos" com os dirigentes de empresas públicas, privadas e estatais, bem como com agências e bancos de desenvolvimento. Conforme garantiu, o objetivo "é transformar o Piauí num grande pólo de atração de investimentos".

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) afirmou ontem que uma análise da proposta orçamentária do governo para 1997 demonstra que a distribuição dos recursos da União para regiões e estados discrimina exatamente os mais

pobres, aprofundando as desigualdades regionais e sociais já existentes. Ele fez um apelo ao relator-geral, senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), e aos relatores setoriais para que redistribuam os recursos a partir das emendas parlamentares coletivas que serão apresentadas.

Rocha afirmou que, na distribuição agregada dos recur-



Sebastião Rocha

sos por estados, o Amapá está colocado em último lugar, a uma boa distância até mesmo dos estados menos aquinhados na proposta governamental. Segundo disse, seu estado receberá apenas 0,35% do total de recursos de todo o Orçamento. O outro estado menos dotado será o Acre, para o qual está previsto 0,77% das dotações.

Para o senador, a principal discriminação ocorre na alocação de recursos para a manutenção, construção e pavimentação de rodovias, administrados pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER).



Edison Lobão

Lobão diz que aplicar no NE traz retorno

Os investimentos destinados ao Nordeste pelo poder público e pela iniciativa privada foram muito bem aplicados e despertaram a região para sua vocação desenvolvimentista, afirmou ontem Edison Lobão (PFL-MA).

Segundo o senador, estudo divulgado recentemente pela Sudene confirma a procedência da reivindicação feita reiteradamente pelos parlamentares, chamando a atenção para a necessidade de reverter a prioridade de alocação dos recursos federais, que "privilegiou o Sul durante décadas".

Pelos dados do estudo, a taxa média anual de crescimento do estado do Maranhão no período de 1970-1980 foi de 9,3%. Na década seguinte, foi o estado do Nordeste com maior crescimento do PIB. De 1970 a 1995, com 7,6%, o Maranhão só foi superado pelo crescimento do Rio Grande do Norte, disse. O Maranhão cresceu comparativamente mais do que o conjunto do Nordeste e do País, de 1970 a 1995, informou Lobão.

USP lança hoje revista na Biblioteca do Senado

Em solenidade a ser realizada hoje, às 18h, na Biblioteca do Senado, será lançado o número 27 da *Revista Estudos Avançados*, da Universidade de São Paulo (USP). O evento faz parte das comemorações dos 10 anos de existência do Instituto de Estudos Avançados da universidade.

Na ocasião, o editor-executivo da publicação, Mar-

co Antônio Coelho, doará à Biblioteca do Senado uma coleção completa da revista. Entre os artigos do número 27, que tem um total de 350 páginas, destacam-se um texto inédito de Jacques Derrida sobre a história da mentira; a análise de alguns originais de Walter Benjamin e um trabalho de José Goldenberg intitulado "Física e política pública".

A SESSÃO DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES JOSÉ SARNEY, RENAN CALHEIROS, LEVY DIAS, LAURO CAMPOS, VALMIR CAMPELO E ERNANDES AMORIM

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Emília Fernandes ■ Ney Suassuna

■ Diretor-Geral do Senado: Agaciê da Silva Maia ■ Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade
■ Editores - Djalma Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso
Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalure e Adão Nascimento ■ Revisão: Fernando Varela e Lindolfo Amaral
■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal